

E la nave va!

O ano galopa. E, tal como havíamos sugerido no editorial da edição anterior, 2013 será mesmo de embates e de fortes emoções. Não poderíamos, por isso, deixar de convidar os colegas a comparecerem à assembleia do próximo dia 21/3, na qual trataremos de temas diversos, mas todos muito importantes neste momento histórico, tanto no que diz respeito ao país quanto no tocante à USP.

A discussão das cotas com recorte social e racial é um exemplo. O programa formulado pelo governo Alckmin, o Pimesp, padece de todos os vícios, a começar pela invenção de um *college* que é uma confissão de culpa, sem falar na carona concedida ao ensino “semipresencial” que tanto encanta os interessados em rebaixar o investimento em educação. Porém, a julgar por algumas vozes que já se colocaram no debate, há quem o rejeite não por essas compreensíveis razões (como o faz a Frente Pró-Cotas de SP), mas porque vê nas cotas

uma insuportável ameaça ao “mérito” e à “qualidade do ensino” (leia a reportagem da p. 4).

Outro ponto relevante do debate nacional, com forte injunção na USP, é a questão da luta por memória, verdade e justiça. Se esta universidade perdeu quarenta e sete de seus alunos e docentes, trucidados pela Ditadura Militar; se dezenas de seus docentes foram cassados ou aposentados compulsoriamente; se centenas ou milhares de seus estudantes foram perseguidos e presos, então nada mais urgente do que criar-se a Comissão da Verdade da própria instituição. Objetivo do Fórum Aberto pela Democratização da USP, do qual a Adusp faz parte, e que parece mais próximo depois das últimas reuniões com o grupo de trabalho designado pelo reitor. A conferir (p. 2).

Campanha salarial é outro assunto da assembleia, pois estamos às vésperas da data-base, precisamente quando a política de finanças e a política salarial do Cruesp mostram segredos e des-

caminhos até então insuspeitos, apesar de toda a tradição de sigilo dos reitores... O Fórum das Seis reivindicará um reajuste que reponha a inflação do período e inclua a reposição parcial de perdas históricas. A se fiar por notícia publicada pelo jornal *O Estado de S.Paulo* de 23/2/13, USP, Unesp e Unicamp teriam em caixa nada menos do que R\$ 6 bilhões, em números redondos: nada mal, para quem acenava com a possibilidade de buscar dinheiro com a iniciativa privada, como fez recentemente o reitor Rodas. Mas que parte dessa reserva financeira será destinada ao reajuste da data-base? A resposta dependerá, e muito, da capacidade de mobilização da categoria.

Quando falamos de descaminhos, nos referimos à confusão que se verifica hoje na política salarial do Cruesp. Nada menos do que quatro portarias sobre salários foram editadas desde 2010, todas tratando não de reajuste, mas de “reestruturação salarial da carreira”, constituindo cada uma delas

um remendo da anterior. Tentamos explicar aqui a Resolução 2/2013 do Cruesp, que concede aos Professores Titulares aumento de 3,41%, mas chega ao disparate de autorizar os reitores a colocá-la em vigor quando bem entenderem, “por conveniência e oportunidade administrativa” (p. 3).

O estado caótico da política salarial está relacionado à introdução da nova carreira, ou seja, da progressão horizontal. Note-se, porém, que a pior faceta da nova carreira não reside aí, mas no processo de avaliação. Aprofundar a discussão da progressão horizontal na assembleia de 21/3, bem como avaliar a primeira rodada do processo, são tarefas que se colocam para a Adusp diante do grande número de injustiças e distorções já identificadas até agora.

Como se vê, são muitas as frentes de luta, e nesta edição o leitor encontrará material para informar-se e tomar posição a respeito de quase todas. A vida prossegue, a luta também!



Daniel Garcia

O professor João Zanetic (Instituto de Física) dá as boas-vindas aos calouros da USP, no auditório da História, em 28/2.

A Calourada Unificada 2013 também contou com representantes da Adusp, DCE-Livre e Sintusp, diversos docentes, e deputados estaduais



Assembleia da Adusp em 21/3: agende!

No dia 21/3, quinta-feira, às 17 horas, em local a ser divulgado, realizaremos a primeira assembleia da Adusp deste ano, que discutirá cotas, campanha salarial, progressão horizontal, Comissão da Verdade, entre outros temas. A presença dos colegas é fundamental para enriquecer a discussão e possibilitar que as deliberações reflitam a posição da categoria. Reserve desde já um espaço na sua agenda para a assembleia!

A Adusp e o Fórum Estadual de Educação

A partir da criação, pelo governo federal, do Fórum Nacional de Educação (FNE), o governo estadual paulista criou, por iniciativa da Secretaria Estadual de Educação, o Fórum Estadual de Educação (FEESP). Valeu-se, para isso, do Decreto 21.074, de 1983 (governo Montoro), regulamentando-o por meio da Resolução SE 9, de 8/2/13, publicada no *D.O.E.* de 9/2/13.

A iniciativa do governo Alckmin deu-se após a cobrança feita por várias entidades que participavam do Fórum Estadual em Defesa da Escola Pública (Fedep-SP) e São Paulo foi o último Estado da federação a fazê-lo. Mas cabe lembrar

que tais fóruns não podem ser confundidos, pois o Fedep-SP resulta de uma articulação política de iniciativa de setores organizados da sociedade civil, enquanto que o FEESP, apesar de contemplar representação de muitas organizações da sociedade civil é, formalmente, de natureza institucional.

Aberto às entidades interessadas, o FEESP foi instituído no dia 21/1/13, em reunião promovida pela Secretaria de Educação do Estado, presentes o secretário Herman Voorwald e o secretário adjunto João Palma. Cerca de quarenta entidades ligadas à educação em seus vários níveis e

representantes da sociedade civil participaram da solenidade de criação. Além dos presentes que previamente haviam oficializado interesse, o convite para participação foi estendido a outras entidades ligadas ao tema.

Nova reunião ocorreu em 4/2, sendo que desta vez participaram representantes da Adunicamp (professor Paulo Centoducatti), da Adusp (professor César Minto) e do Sinteps (Denise Santana). Todos opinam que o FEESP parece constituir-se em um espaço interessante para a intervenção do Fórum das Seis, na luta pela implementação das políticas públi-

cas que sempre defendeu, e sugeriram que representantes das demais entidades do Fórum venham a integrar o FEESP, cuja próxima reunião ocorreria em 4/3/2013, às 14h.

Não há ilusão de que o FEESP possa vir a solucionar os problemas educacionais do Estado, nem mesmo os da educação superior paulista. Parece, contudo, que a correlação de forças naquele colegiado institucional poderá criar um espaço importante para a intervenção política organizada de entidades e movimentos sociais interessados na formulação de políticas públicas.

FFCL-RP cede sala ao Santander durante matrícula da graduação

A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto (FFCL-RP) cedeu dependências suas ao banco Santander, para que improvisasse um estande, com a presença de funcionárias, durante a matrícula dos alunos de graduação, nos dias 18 e 19/2. No primeiro dia, o estande foi montado na primeira sala do corredor de entrada do prédio principal. No dia seguinte, foi transferido para a sala da Atlética, no primeiro piso.

Um aluno teria procurado o presidente da Comissão de Graduação para se queixar do assédio de funcionárias do Santander, interessadas em que ele abrisse uma conta-corrente no banco. Embora a justificativa para a cessão da sala seja a divulgação das “bolsas Santander” de pesquisa, que permitem a alunos da USP estudar em universidades espanholas, as funcionárias do banco distribuíam também panfletos que convidavam os estudantes a abrir contas-corrente.

O professor Pietro Ciancaglini, vice-diretor da FFCL-RP, confirmou ao *Informativo Adusp* que liberou dependências da unidade para o banco privado: “mediante pedido oficial recebido do Santander (protocolado nº 2012.5.1038.59.2), a exemplo do ocorrido nas demais Unidades do Campus USP RP, a Unidade concordou, com devidas ressalvas, [com] a permanência de um funcionário designado pela gerência

do Santander.”

“**Permissão**” No entender do professor Ciancaglini, “não houve cessão de uso de espaço” da FFCL-RP, “e sim permissão de estadia durante tempo determinado, sem nenhum tipo de contrapartida para a FFCLRP”. “O Santander, na sua solicitação, justificou a divulgação dos programas que o Santander tem em parceria com as Pró-Reitorias da USP, com bolsas e programas de intercâmbio”.

O vice-diretor confirmou, ainda, o recebimento de uma “denúncia anônima pelo disk-trote, a qual foi imediatamente averiguada no local pelo presidente da Comissão de Graduação da Unidade e por um funcionário da ATAD”. Acrescentou que “não foi presenciado o relatado nesta ocasião”, e que “a gerência do Santander foi informada sobre o fato”.

O *Informativo Adusp* indagou ao professor Ciancaglini se o espaço foi oferecido a outros bancos, públicos ou privados. Sua resposta: “Houve, excepcionalmente, esta permissão de uso ao Santander, a exemplo das demais Unidades do Campus USP RP, mediante solicitação oficial para o trabalho de divulgação das atividades oriundas da parceria com as Pró-Reitorias da USP, como bolsas e programas de intercâmbio. Nenhuma outra solicitação foi recebida na Unidade”.

Agência USP divulga curso pago da Faculdade Fipecafi

A Agência USP publicou na Internet, em 14/12, notícia intitulada “Curso Aplicado de Direito” (<http://goo.gl/jiDaX>, retirada do site em fevereiro), em que divulgava essa atividade remunerada, oferecida pela Faculdade Fipecafi, privada. O curso custará, para cada aluno, o “investimento” de R\$ 2.730.

O texto afirmava que a Faculdade Fipecafi é uma “entidade ligada à Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA) da USP”. No entanto, trata-se de organização privada, empresarial, sem qualquer ligação com a FEA-USP.

Na verdade, a Faculdade Fipecafi pertence à fundação privada de mesmo nome, mantida por docentes da FEA-USP e autointitulada “de apoio” à USP. Mas, a exemplo de sua congênere FIA, a Fipecafi terminou por criar ela própria uma “instituição de ensino” paralela à faculdade apoiada. Isso aconteceu mais de uma década depois da primeira tentativa da Fipecafi de lançar um curso pago de graduação em Atuária, rapidamente abortada na gestão do então reitor Jacques Marcovitch, que viu conflito de interesses na iniciativa (vide *Informativo Adusp* edições 199, 204, 317).

O *Informativo Adusp* indagou à Agência USP se existe orientação da Coordenadoria de Comunicação Social para publicação de matérias de divulgação de cursos pagos. “A orientação que

existe é que se veiculem todas as atividades (cursos, seminários, palestras, etc.) que tenham vinculação com a Universidade ou suas unidades, ou seus docentes/pesquisadores”, explicou o jornalista Antonio Carlos Quinto, chefe técnico de serviço da Agência USP.

Erro editorial. O jornalista admitiu, contudo, que foi incorreta a decisão de divulgar o curso. “No que diz respeito à referida nota, lamento informar que houve um equívoco”, declarou ao *Informativo Adusp*. “De fato, a Faculdade Fipecafi não tem qualquer ligação com a FEA USP. Em algumas atividades da Fipecafi, especificamente, já veiculamos esta ‘ligação’ da entidade com a FEA. Afinal, no site da FEA (<http://goo.gl/QBn9N>) existe um link Fundações – Conheça as fundações de suporte da FEA USP (<http://www.fea.usp.br/conteudo.php?i=45>) que leva a uma página com links para a FIA, Fipe e Fipecafi. Por um erro editorial, desde a redação até a revisão da nota, foi citada a informação errônea dando à Faculdade Fipecafi o mesmo tratamento dado às fundações de apoio.”

Quinto informou que, como providência imediata, a nota foi retirada do site. “Também estamos verificando junto à FEA qual o tratamento adequado em relação às fundações de apoio à unidade.”

Mario González, a luta continua!

No dia 13 de fevereiro faleceu nosso colega Mario González. Perdemos um grande companheiro, predicado que exige, nestes tempos de acirrado individualismo, recordar sua atuação no cotidiano da vida universitária para que não seja entendido como mero chavão. Em primeiro lugar, era companheiro dos alunos que iniciavam com ele, nas salas de aula de literatura espanhola, uma convivência de diálogo, de respeito, de prazer na fruição da leitura e dos problemas que ela suscita. Partilhava seu saber, sua biblioteca e, sobretudo, suas e nossas inquietações. Nossas dúvidas passavam a ser suas. Talvez por isso, levava-nos a descobrir a potencialidade intelectual da universidade.

Outra dimensão de seu companheirismo era decorrente de sua inserção na Universidade de São Paulo. Consciente de ser esta uma instituição pública cuja qualidade deveria vincular-se a uma gestão transparente e democrática, sua

dedicação à vida institucional era irrestrita. Fez toda a carreira docente, assumindo representações ou cargos para os quais foi eleito. Empenhou-se sempre em viabilizar condições para fortalecer a excelência acadêmica e a fluência das nossas atividades, realizando tarefas muito diversas, como: o trabalhoso processo de criar a pós-graduação da área de Espanhol, a defesa de plenárias para gerir o departamento, os muitos ofícios para garantir a saída de emergência do prédio de Letras, ou, já depois da compulsória, a proposta apresentada pela FFLCH de mudança de relação da USP com seus aposentados que levou à recente regulamentação do Professor Senior. Tudo fazia sem disputar protagonismos.

Talvez, fora da FFLCH, Mario tenha se tornado muito conhecido por sua militância na Adusp, desde sua fundação, pois também entendia que a defesa da universidade pública deveria ser feita sobretudo por organizações e coletivos autô-

Desde 1968 na USP

Mario Miguel González iniciou sua atividade docente na USP, como auxiliar de ensino, em 1968. Era professor de literatura espanhola no Departamento de Letras Modernas da FFLCH. Aposentou-se compulsoriamente como professor titular em 2007, mas continuava atuando na pós-graduação.



nomos. Na primeira greve dos professores da USP, ele coordenou o grupo que criou e geriu o fundo de greve. Nas assembleias de maio de 1979, ganhou o nome de Mario Bangreve. E para além dos nossos muros, ele propôs, implementou, dirigiu e ajudou a manter outras entidades que permitiram a criação de outros laços de companheirismo: a Apeesp (Associação dos Professores de Espanhol do Estado

de São Paulo), que agora completa 30 anos, e a ABH (Associação Brasileira de Hispanistas). Seu legado é muito maior que suas obras publicadas e será transmitido por seus muitos alunos que atuam na docência em diferentes cantos do Brasil e de outros países. E como escreveu uma colega da FFLCH, apesar da dor da perda de um companheiro, Mario diria: a luta continua.

Política salarial caótica e sem diálogo

A política salarial do Cruesp revela-se, a cada dia, mais e mais caótica. Os reitores tomam decisões sem sequer dialogar com as entidades representativas e a comunidade. A mais recente é a Resolução Cruesp 2 de 7/2/2013, que termina por incidir sobre o salário de Professor Titular, reajustado em 3,41% a título de reestruturação de carreira. Vamos tentar esclarecer como se chegou a isso:

1. Em 21/12/2010, o Cruesp emitiu a Resolução 10 de 2010, que estabelece, em função de reestruturação da Carreira do Magistério Superior (introdução dos níveis horizontais), os multiplicadores para os diversos cargos/funções da carreira docente. Os valores desses multiplicadores, exceto para o MS-6, são os mesmos que aparecem na recente Re-

solução 2 deste ano.

2. Posteriormente, em 8/7/2011, surgiu a resolução 5.927 da USP (motivada pela aprovação da progressão horizontal no Co), a qual define, no Artigo 15, que:

I - o Professor Doutor 2 terá acréscimo de 9% em relação ao salário do Professor Doutor 1;

II - o Professor Associado 2 terá acréscimo de 6% em relação ao salário do Professor Associado 1;

III - o Professor Associado 3 terá acréscimo de 12% em relação ao Professor Associado 1.

3. Ocorre que a Resolução 5.927 da USP é incompatível com a Resolução Cruesp 10 de 2010, pois os salários de todos os degraus introduzidos com a progressão horizontal, de acordo com a Resolução USP, ficariam abaixo dos respectivos salários calcula-

dos de acordo com a Resolução Cruesp! Portanto, era necessário tomar alguma providência. Surgiu, assim, a Resolução 5.934 de 26/7/11, com a seguinte redação com relação ao que nos interessa: "O Artigo 15 da Resolução USP 5.927 passa a ter a seguinte redação: 'A progressão na carreira docente resulta em acréscimo salarial, observados os respectivos parâmetros da Resolução Cruesp 10 de 21/12/2010'".

4. Por algum motivo desconhecido, depois dessas mudanças ainda persistiu uma distorção, pois a distância entre o salário do Professor Associado 3 e o salário do Professor Titular revelou-se achatada (apenas 3,5%). Desse modo, a Resolução 2 do Cruesp de 2013 veio para corrigir essa "injustiça" e somente alterou o salário dos

docentes MS-6, dando-lhe um acréscimo de 3,41%.

5. Contudo, a própria Resolução 2/2013 amplia a confusão, ao determinar, em seu artigo sétimo: "A presente resolução passará a vigorar em cada uma das três Universidades mediante ato de seus respectivos Reitores, por conveniência e oportunidade administrativa"...!

Como se vê, a tendência ao caos se agrava, e a implantação atabalhoada da nova carreira docente, com a criação de degraus, contribuiu com a confusão reinante. Ao mesmo tempo, o Cruesp continua impavidamente distante de uma questão crucial levantada pelo Fórum das Seis: a valorização salarial dos níveis iniciais da carreira. Essa despreocupação dos reitores diz muito quanto à concepção de universidade que abraçam.

CVUSP: com a palavra o Reitor

Na reunião de 21/2/13, a Comissão da Reitoria, composta pelos professores Rubens Beçak, Wanderley Messias e Alberto Carlos Amadio, recebeu a proposta do Fórum Aberto pela Democratização da USP, relativa à composição da Comissão da Verdade (CVUSP).

De acordo com a proposta, a CVUSP terá três representantes da Reitoria indicados pelo Conselho Universitário (Co) e três de cada entidade (DCE, APG, Sintusp e Adusp). Caberá ao Co e a cada uma das entidades determinar o método de escolha dos

seus representantes.

O grupo de representantes da Reitoria ficou de encaminhar a proposta ao reitor. Não há prazo para a resposta. A campanha pela criação da CVUSP teve início no primeiro semestre de 2012. Em 15/12/12, o reitor publicou comunicado em que admite "a relevância da busca da verdade

histórica dos fatos ocorridos no seio da Universidade" e nomeia a comissão para fazer a interlocução entre a instituição e os coletivos interessados na luta por memória, verdade e justiça (*Informativo Adusp 357*). Em janeiro, o Fórum Aberto solicitou reunião, dando início às negociações com a Reitoria.

Esquenta o debate sobre cotas

As primeiras discussões nas congregações da USP sobre o Programa de Inclusão com Mérito no Ensino Superior Paulista (Pimesp, lançado pelo governo estadual em 20/12/12) mostram que será árduo o caminho rumo a um consenso em torno do tema. O relativo desconhecimento do assunto entre parcelas da comunidade universitária e as discordâncias entre, de um lado, os que aprovam o Pimesp; de outro lado, os que defendem cotas com recorte racial, mas repudiam o programa; e por fim os que rejeitam qualquer proposta de cotas que inclua recorte étnico, parece exigir mais profundidade nas abordagens e mais tempo para a troca de ideias.

No entanto, o período estabelecido para que as discussões se esgotem nas unidades é de 60 dias, contados a partir de 6/2, data em que os diretores receberam comunicado da Reitoria a respeito da proposta que prevê que, até 2017, alunos oriundos de escolas públicas (considerando recorte racial segundo a composição étnica do Estado) representem 50% dos matriculados nas vagas oferecidas em cada um dos cursos das universidades estaduais paulistas (USP, Unesp e Unicamp). A intenção é que as contribuições recebidas sirvam de subsídios para a posterior tramitação da proposta nos colegiados da Universidade.

A Congregação do Instituto de Ciências Biomédicas (ICB), por exemplo, discutiu o tema em 20/2. Na ocasião, a apresentação do Pimesp coube à professora Lourdes Issac, presidente da Comissão de Graduação. Ela iniciou a reunião com um pedido de desculpas, por precisar utilizar dados de jornais em parte da apresentação, já que não conseguiu obter mais informações da Reitoria sobre o programa.

“Professores questionaram se era papel da universidade resolver as deficiências da escola pública. Outros falaram que a falha está no ensino fundamental e médio e que a solução seria melhorá-los”, conta Maria José Menezes, funcionária do ICB e ativista do Núcleo de Consciência Negra, e que participou da reunião da Congregação.

Avaliação da Diretoria da Adusp

A partir da análise feita pelo GT-Educação, a diretoria da Adusp elaborou uma primeira avaliação do Pimesp (texto integral em www.adusp.org.br), que deverá ser aprofundada a partir dos debates acerca do projeto. Abaixo, alguns dos questionamentos presentes no texto:

1- Destaca-se a ligação do ICES com a Universidade Virtual do Estado de São Paulo (Univesp), que será a responsável pela oferta das aulas semi-presenciais. A iniciativa parece reconhecer a falência do ensino paulista, uma vez que 98% dos concluintes do ensino médio público no Estado de São Paulo frequentaram escolas estaduais, e aparenta priorizar a ampliação do programa de ensino a distância (EaD). A escolha do EaD para

a formação inicial de pessoas é altamente questionável.

2- O ICES oferecerá disciplinas como Empreendedorismo, Matemática Financeira, Gerenciamento de Projeto, Serviços de Administração de Tempo, que em nada contribuirão para a preparação de um estudante que irá ingressar no ensino superior. Tais disciplinas tampouco correspondem ao programa usual do ensino médio. Na proposta, estão ausentes disciplinas como Biologia, Geografia, História e outras típicas do ensino médio, como Física, Matemática e Química.

3- Ao optar por cursos oferecidos pelo ICES, o Pimesp desconsidera que os cotistas podem ser potencialmente bons estudantes, não havendo necessidade de gastar dois anos para sanar eventu-

ais deficiências. Além disso, para definir a recuperação de que os cotistas podem necessitar, é preciso conhecer os perfis desses estudantes e considerar as especificidades dos cursos escolhidos por cada um. Apesar de isto não ser considerado pelo programa, há casos em que o reforço pode ser realizado em concomitância com as disciplinas de graduação e outros que podem exigir um período longo de dedicação integral. Mas, em muitos casos, o reforço pode simplesmente não ser necessário!

O GT Etnia, Gênero e Classe da Adusp selecionou textos de diferentes autores relacionados ao tema cotas sociais com recorte racial para acesso de negros e indígenas ao ensino superior. Vide <http://goo.gl/c3v32>.

Na opinião de Maria José, que representa sua categoria na Congregação, o Pimesp “parece ter sido elaborado para não ter êxito”, pois tem inúmeras incongruências. “Na forma como foi apresentado, não possui embasamento teórico e parece ignorar as experiências das instituições brasileiras que adotaram o sistema de reserva de vagas para negros, indígenas e população de baixa renda há mais de uma década”, avalia.

Na próxima reunião da Congregação será definida a posição do instituto. Antes disso, porém, o ICB promoverá dois debates sobre cotas sociais com recorte racial: o primeiro em 8/3 (professora Eunice Durham); o segundo em 15/3 (professor Kabengele Munanga).

Em outras unidades o Pimesp poderá encontrar maiores resistências. Exemplo disso é o artigo publicado na *Folha de S. Paulo* (18/2, A3) pelo professor José Otávio Costa Auler Junior, diretor da Faculdade de Medicina, para quem a nova política de cotas terá impacto negativo na qualidade dos alunos, porque forçará

“as instituições a uma mudança no seu foco principal, com a destinação de recursos e esforços para absorver estudantes ainda necessitando de reforço de conhecimento e habilidades”. Ainda segundo o diretor: “Os efeitos negativos serão sentidos após alguns anos, podendo acarretar prejuízos irreparáveis”.

Frente Pró-Cotas. Entidades do movimento negro criticam o fato de o Pimesp descartar o projeto de lei 321/2012, em tramitação na Assembleia Legislativa, que reserva 20% do total de vagas de cada uma das universidades públicas paulistas para candidatos que se declarem negros. No dia 28/2, na Faculdade de Direito, a Frente Pró-Cotas do Estado de São Paulo realizou ato público contra o Pimesp.

O *college* semipresencial de dois anos, ou Instituto Comunitário de Ensino Superior (ICES), instituído pelo Pimesp, é atacado em manifesto lançado pela Frente Pró-Cotas da USP: “Consideramos que submeter a um ‘reforço’ os alunos aprovados no vestibular pelo sistema de cotas

é ilegítimo. Instituir o *college* seria reforçar uma discriminação negativa e acreditamos que tal ‘ensino à distância’ isola tais estudantes em seu acesso à universidade. Dois anos de espera irão atrasar o desenvolvimento educacional e profissional dos estudantes cotistas, desestimulando sua permanência na universidade”. Ainda segundo o documento, a “ideia implícita em tal programa é a noção elitista e racista de que os estudantes cotistas seriam um entrave ao desenvolvimento da universidade caso não dotados de mesmo ‘conhecimento’ que os estudantes não-cotistas supostamente possuem”.

O manifesto da Frente Pró-Cotas da USP critica também o fato de que no Pimesp “não há desvinculação entre cotas raciais e sociais, ou seja, destinar o percentual de cotas raciais de acordo com a composição étnico-racial do Estado não irá incidir sobre o total de vagas, mas dentro dos 50% de vagas destinados a estudantes de escola pública (o que reduziria o percentual de cotas por critério racial)”.

Ato contra MPE na Calourada

A abertura da Calourada Unificada 2013, em 28/2, contou com debates e oficinas na FFLCH e buscou dar aos ingressantes subsídios quanto ao atual contexto

político-administrativo da USP. Giulia Tadini, diretora do DCE-Livre Alexandre Vannucchi Leme, e o professor João Zanetic (IF) fizeram as falas de boas-vindas.

À noite, um ato-debate de repúdio à denúncia, pelo MPE-SP, de 72 pessoas que ocuparam a Reitoria em 2011, fechou o dia de recepção aos calouros. Participaram dele os professores Vladimir Safatle (FFLCH), Jorge

Souto Maior (FD), Elisabetta Santoro (Adusp), Oswaldo Coggiola (Andes-SN), o ex-deputado federal Plínio de Arruda Sampaio e os deputados estaduais Adriano Diogo (PT) e Carlos Gianazzi (PSOL). Leia mais em www.adusp.org.br